

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO**

Rodrigo Santiago da Silva

**O IMPACTO DA AGRICULTURA NO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO
(1930 – 1970)**

Prof. Almir Pita

**RIO DE JANEIRO
2018**

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por ter me guiado até aqui.

Agradeço a minha família por ter me dado todo suporte para completar esta fase, em especial a minha mãe Nilza, ao Marcelo, a Eliane, a Elaine e o Diego. Obrigado por todo amor e compreensão destinados a mim.

Ao meu orientador, professor Almir Pita, meu sincero agradecimento pela orientação, incentivo e paciência, com que me auxiliou a realizar este trabalho. Sem o seu apoio este trabalho não estaria concluído.

Aos meus amigos agradeço todo o incentivo e motivação dados a mim. Em especial a todos os amigos que me acolheram aqui no Rio e aos de Minas que continuaram me apoiando.

Por ultimo, mas não menos importante, gostaria de agradecer a todos os professores do IE que se fizeram parte essencial na realização deste sonho.

RESUMO

Este trabalho analisa o papel da agricultura vinculado ao desenvolvimento econômico brasileiro, entre 1930 e 1970, através de seu encadeamento sobre suas principais funções e transformações. Ele estuda, também, os efeitos da política agrícola do Governo brasileiro, no conjunto da economia, através das suas diretrizes e planos voltados à agricultura brasileira. O ponto de partida foi à indagação sobre o envolvimento e a contribuição do setor no desenvolvimento brasileiro. A partir desta, o trabalho apresenta as principais transformações ocorridas na agricultura e qual a atuação do Estado para que tal movimento se acentuasse. Em seguida, são abordadas as funções principais da agricultura no desenvolvimento econômico e quais os resultados (via tabelas) do desempenho do setor no período. O trabalho conclui que a agricultura brasileira entre 1930 a 1970, não se apresenta como um setor retardatário e sim algo necessário para que se seguisse com a industrialização e desenvolvimento no Brasil.

Palavras-chave: Agricultura. Agrícola. Desenvolvimento. Governamentais.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - CREAM: DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS POR RAMOS, 1938/41 - 45 (%).....	14
Tabela 2 - INDICES DE PRODUTO REAL: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POR SETORES E POR PERIODO - BRASIL.....	30
Tabela 3 - NUMERO E ÁREAS DE ESTABELECIMENTOS AGRICOLA BRASIL - 1920-70	31
Tabela 4 - INDICE DO VOLUME TOTAL DA PRODUÇÃO AGRICOLA	32
Tabela 5 - POPULAÇÃO BRASILEIRA POR REGIOES - 1940-70.....	34
Tabela 6 - POPULAÇÃO RURAL BRASILEIRA POR REGIÕES - 1940-70.....	38
Tabela 7 - POPLAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR, 10 ANOS E MAIS DE IDADE - 1940-70	40
Tabela 8 - EMPREGO NOS PRINCIPAIS SETORES COMO PORCENTAGEM DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO EMPREGADA - 1940-70.....	41
Tabela 9 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, EM QUANTIDADE (TONELADAS)	44
Tabela 10 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, VALOR (US\$ 1.000)	46
Tabela 11 - FERTIZANTES: CONSUMO APARENTE POR ELEMENTOS NOBRES E VARIAÇÕES ANUAIS, BRASIL - 1950-70.....	49
Tabela 12 - NÚMERO DE PROPRIEDADES, TRATORES E ARADOS, EM REGIOES BRASILEIRAS - 1950 -70	50

SUMARIO

INTRODUÇÃO	7
CAPITULO 1 - UMA INTRODUÇÃO A AGRICULTURA BRASILEIRA	10
1.1. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA BRASILEIRA	10
1.2. O ESTADO E AGRICULTURA, DE 1930 ATÉ O PÓS-GUERRA.....	12
1.3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA IMPULSIONADA PELOS PLANOS GOVERNAMENTAIS PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL	16
1.3.1. Plano de Metas (1956-1960).....	18
1.3.2. Plano Trienal (1963-1965).....	21
1.3.3. Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)	23
1.3.4. Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) (1968-1970).....	25
CAPÍTULO 2 - A AGRICULTURA COMO ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO	27
2.1. GERAÇÃO DO EXCEDENTE PRODUTIVO NA AGRICULTURA	29
2.1.1. Reforma Agraria.....	35
2.2. ESPECIALIZAÇÃO E LIBERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA	36
2.3. TRANSFERÊNCIA DE DIVISAS AGRÍCOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO	43
2.4. CRIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS.....	47
CONCLUSÃO.....	51
BIBLIOGRAFIA.....	55

INTRODUÇÃO

O Brasil, de modo geral, foi sempre referendado como um país de imenso território, com uma população que cresce rapidamente e com enorme potencial para o desenvolvimento.

A partir da década de 30, foi constituído no país um novo padrão de desenvolvimento baseado no crescimento dos setores urbanos e industriais da economia, e estes cada vez mais voltados para atendimento da demanda de um mercado interno em expansão. Entretanto, a base econômica até então estabelecida no país era à agricultura, que sempre desempenhou um papel fundamental no abastecimento interno (no suprimento da demanda por produtos agrícolas) e externo (gerando um mercado no contexto da economia internacional).

Porém durante décadas, quando os especialistas em desenvolvimento econômico passaram a explicar os “porquês” do desenvolvimento, ou da falta dele, varias referencias tem sido feitas sobre o Brasil. Em geral são invocados, por estes especialistas, os seguintes motivos como tendo impedido ou retardado o desenvolvimento brasileiro: forma de colonização, a falta de consideração da agricultura como veiculo importante para o desenvolvimento, descuidos generalizados no setor da educação, inexistência de um esforço de pesquisa adequado, problemas de inflação, etc. Tais explicações, embora parciais, na maioria das vezes tem, entretanto, implícita ou explicitamente, uma consideração comum: o setor agrícola esteve sempre aquém da sua potencialidade.

Dito isto, ao introduzir o desenvolvimento via industrialização no debate da economia brasileira, o setor agrícola perde força no que tange a sua importância, e se apresenta no debate econômico como um fator secundário. Autores, como Furtado (1958), Baer (1977) e Singer (1968), dissertam sobre a ineficiência da agricultura em promover o desenvolvimento, já que entendem que a agricultura não estava preparada para acompanhar o movimento econômico instalado e seria responsável pela precariedade e atraso nos países.

Celso Furtado, neste contexto, menciona a existência das relações “semifeudais”, “pré-capitalistas”, que em geral concentra suas análises na ineficiência da agricultura brasileira.

“A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio interno que se observa neste País... A incapacidade da agricultura para responder a uma procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui uma verdadeira mordida ao desenvolvimento industrial.” (Furtado, 1958, 12).

Verifica-se também uma mesma inadequação da estrutura agrária apresentada por Wener Baer:

“A elevação dos preços relativos dos produtos agrícolas , no entanto, não é apenas devida à falta de Capital Social Básico; é também o resultado de ineficiência na produção agrícola... A estrutura de propriedades nas tradicionais áreas próximas às cidades não se transformou de modo a absorver as práticas da agricultura moderna... O surto industrial serviu, no entanto, para chamar atenção sobre o atraso do setor agrícola dado que a continuidade do crescimento industrial dependerá em grande medida de uma reforma agrária”. (Baer, 1977, pag. 154-5 e 161),

Outros, como Singer (1968), alegam que a estrutura agrária entra em conflito com o desenvolvimento econômico, pelo menos em dois pontos cruciais: na deficiência de abastecimento alimentar das cidades e na insuficiência do mercado interno para produtos industriais.

Avaliando os expostos acima, tenho como objetivo neste trabalho a retomada da agricultura como fator de grande relevância na abordagem da economia e desenvolvimento estrutural ocorrido no período que compreende as décadas de 30 a 70. Utilizarei em minha linha de pensamento autores como Antônio Castro, George Eduard Schuh e Ruy Miller Paiva, já que estes acreditam que a agricultura segue o seu percurso atendendo as premissas na geração do desenvolvimento.

Este trabalho é dividido em dois capítulos. O primeiro aborda os movimentos realizados na agricultura brasileira durante o período de 1930-70, procurando demonstrar as principais mudanças realizadas no setor agrícola, e o papel que o estado desempenha sobre a transformação do setor. Esta parte do trabalho esta

divida em três subcapítulos, onde abordo as transformações estruturais na agricultura brasileira, em seguida separo a atuação do Estado antes e depois da segunda guerra mundial.

O segundo capítulo analisa a atuação da agricultura no desenvolvimento econômico. E dedicarei esta parte do trabalho, fundamentalmente, a uma indagação: o setor agrícola teria cumprido suas funções no processo de desenvolvimento econômico brasileiro? O objetivo é evidenciar a importância do setor em relação ao conjunto da economia no processo de desenvolvimento econômico, de modo a focar as suas principais funções. Este capítulo está dividido em 4 subcapítulos, sendo: a geração do excedente produtivo na agricultura, especialização e liberação da mão-de-obra na agricultura, transferência de divisas agrícolas para o desenvolvimento e criação e diversificação dos mercados.

O estudo desses capítulos tem como resultado retornar para agricultura sua devida importância e relevância no desenvolvimento brasileiro, e mostrar que o setor não se mostrou secundário ou retardatário no processo.

CAPITULO 1 - UMA INTRODUÇÃO A AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura era considerada, entre 1930 e 70, como o principal setor da economia brasileira. Este setor foi responsável pela maior parte da produção do produto nacional bruto, além de proporcionar grande parte das oportunidades de emprego, e de se constituir na principal fonte de divisas pela exportação.

E para que tais funções se realizassem, a agricultura teve que passar por algumas reestruturações de ordem geral. Dito isto, o objetivo desta sessão é apresentar o setor agrícola brasileiro no período analisado, mostrando qual o papel do Estado na garantia de um melhor desempenho na agricultura e os planos governamentais gerados.

1.1. TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA AGRICULTURA BRASILEIRA

No período de 1930 até o fim da segunda guerra mundial a agricultura brasileira, de acordo com os autores, passa por uma reestruturação em profundidade determinada pela necessidade de substituir parte da produção cafeeira destinada aos mercados internacionais, então em crise, por uma estrutura mais diversificada onde se combinavam soluções para exportação (algodão e açúcar) com cultivos para um mercado interno em crescimento.

A principal consequência da superprodução do setor cafeeiro e da crise de 1929 na estrutura econômica do país foi o definitivo deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira das atividades agroexportadoras para as atividades voltadas ao mercado interno e crescentemente urbano-industrial, diz Beskow (1994). Condicionando uma diversificação dos mercados atuantes na economia brasileira, principalmente voltada para o mercado agrícola.

A tecnologia predominante no país caracterizava-se por uma escassa presença de insumos químicos e máquinas. Exatamente pelo incipiente progresso das técnicas de cultivo, e se comparadas com as já adotadas nos países

desenvolvidos onde se encontravam em pleno processo de difusão de sementes de alto rendimento e do pacote de insumos a elas atrelados, criava-se um enorme potencial de modernização para a agricultura nacional.

Dito isto, o baixo volume produtivo prevaemente em grande parte da agricultura brasileira, assim como a concentração da produção exportadora em poucas lavouras, seria responsável pelas dificuldades no balanço de pagamentos e inflação. E para corrigir tais problemas seria imprescindível a realização do desenvolvimento da agricultura, já que esta seria o suporte necessário para o desenvolvimento industrial, como descrito por Szmrecsanyi (1990),

É claro que tanto a industrialização como a urbanização do Brasil não tiveram início na década de 30, mas ambas inegavelmente se acentuaram a partir daí. Em ambos os casos, trata-se de processos inicialmente induzidos pela intensidade do crescimento das atividades agroexportadoras desde meados do século anterior. Foi, porém, a partir da década de 30 que se verificaram simultaneamente uma crescente concentração espacial da indústria na região sudeste e uma progressiva difusão de urbanização acelerada em todo o território.

De acordo com Oliveira (2006), a revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Portanto, esses dois processos se refletiram no desenvolvimento da produção agropecuária, passando a redefinir a partir de 30 suas relações com o “resto do mundo”, primeiro em função dos efeitos da crise cafeeira e da Grande Depressão sobre a demanda e os preços internacionais de seus produtos. Posteriormente, seguindo em função de novos vínculos que ela foi assumindo no mercado interno com os setores urbanos e industriais emergentes, cujos mercados estavam predominantemente localizados nas cidades.

Segundo Szmrecsanyi (1990), a crescente introdução destes nos processos produtivos do setor agropecuário deu início à chamada industrialização da

agricultura no Brasil. Movimento este que possibilita a expansão e criação do excedente na produção agrícola, tal ponto será destacado no capítulo 2.

Segundo o autor (1990, 72), entende-se que a industrialização da agricultura, neste contexto, é a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário. É descrito como adaptação em vez de incorporação no caso do setor agrícola, por não se tratar de uma simples mecanização dos processos produtivos, de uma mera substituição do trabalho pelo capital, ou da simples troca de insumos intra-setoriais por insumos extra setoriais. Não obstante todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações trabalho, bem como os solos de que tanto estes como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuários. Este tende a transforma-se numa indústria por meio do progresso técnico, mas, ate onde é possível fazer previsões, o setor agrícola dificilmente se transformará num ramo industrial como os demais.

Pode-se constatar que foi no período de 1930 a 1970 que se concretizou a unificou a funcionalidade da agricultura na industrialização da economia brasileira. Tratou-se de um processo da maior importância para o desenvolvimento de ambos, inclusive porque se verificou em âmbito nacional, e não apenas em nível regional. Pode este período ser dividido em duas fases distintas segundo Beskow (1994): a primeira, que abrange as décadas de 1930 e 1940, caracterizadas pela transição da economia primário-exportador para a economia urbana e industrial, e a segunda, correspondendo à industrialização e urbanização aceleradas das décadas de 1950 e 1960.

A transformação e modernização necessária seriam atingidas através de programas estatais de extensão rural, por este motivo o foco das próximas duas sessões deste capítulo é abordar a atuação do Estado junto à agricultura.

1.2. O ESTADO E AGRICULTURA, DE 1930 ATÉ O PÓS-GUERRA.

A agricultura, mais que qualquer outro setor da atividade econômica, exige uma atenção permanente do Estado. A necessidade de introduzir no meio rural os instrumentos que a ciência e a técnica oferecem ao agricultor, bem como adoção de formas superiores de organização e exploração da propriedade, depende, em larga medida, da intensidade e da continuidade dos trabalhos de pesquisa, experimentação, demonstração e fomento, os quais, por sua natureza e custo, só podem ser realizados através do financiamento via agências governamentais.

Do mesmo modo, a orientação da produção e a assistência financeira ao produtor dependem quase que inteiramente do Estado. Conforme Schuh (1971), o futuro e o potencial do setor agrícola do Brasil seriam determinados, em grande parte, pelo que acontecer no setor não agrícola e pelo conjunto total das políticas de desenvolvimento (ou falta delas), que serão seguidas pelo Governo. Dito isto, somente o governo conseguiria aumentar a formação do capital, através da adoção de políticas fiscais e de gastos, necessária para o financiamento do setor agrícola.

A partir da década de 1930 a política de manutenção da renda do setor agroexportador com base no crédito público, fez com que houvesse o deslocamento do principal determinante do crescimento da renda nacional voltado para dentro. Mello (1975) alega que, a partir de 1933 foi possível haver o deslocamento da demanda externa para a demanda interna. Somente neste ano a fonte de financiamento da política de manutenção da renda do café deixou de ser feita mediante o apelo ao crédito externo e passou a ser feita pelo crédito público.

A sustentação da demanda interna foi relacionada ao aumento dos gastos governamentais, ou seja, compras realizadas pelo governo financiadas por créditos do Banco do Brasil (BB) e por taxas de exportações. Neste intuito foi criada a Carta de Crédito Agrícola e Industrial (CREIA) para atender a demanda crescente da sociedade brasileira por crédito orientado ao financiamento de longo prazo da economia, em especial a agricultura.

Segundo o relatório do Banco do Brasil relativo ao exercício de 1936, citado por Beskow (1983), define que:

“Através dessa Carteira, poderá o nosso Instituto prestar a agricultura e a indústria nacional uma ampla assistência financeira, em moldes e condições correspondentes as necessidades daquelas, mediante a concessão de créditos de custeio e crédito de melhoramento mobiliário. “As operações que ela terá a seu cargo, assim se subdividirão em quatro grandes grupos: crédito de custeio agrícola, para custeio das entressafras, a prazo máximo de doze meses; crédito de custeio industrial, para aquisições de matérias primas industriais, a prazo de 12 meses; crédito para melhoramento mobiliário agrícola, para aquisição de máquinas agrícola, sementes, adubos, reprodutores e gado destinado a criação, bem como para melhoramento de rebanhos e reforma ou aperfeiçoamento de maquinário agrícola, com prazo máximo de um a três anos; crédito mobiliário industrial...” (Beskow;1983,pg.188)

Desse modo, a criação da Carteira pelo Banco do Brasil, pode ser considerada como uma etapa muito significativa do governo Vargas em contribuir, do ponto de vista do financiamento, com o processo de nascimento interno do fomento à estrutura produtiva brasileira. Verifica-se a efetividade deste crédito para a agricultura através da tabela 1, onde o ramo rural entre 1938/41 e 1945 foi responsável, em média, pela utilização de 89,5% do crédito disponibilizado pela carteira. Ao considerar apenas a produção agrícola, em média, foi responsável pela captação de 49,9% do volume total do crédito, atingindo o seu maior volume percentual (57%) no ano de 1945.

Tabela 1 - CREAM: DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS CONCEDIDOS POR RAMOS, 1938/41 - 45 (%)

Ramos	1938/41	1942	1943	1944	1945
Industriais	20,8	10,2	13,5	4,1	2,9
Rurais	79,2	89,8	86,5	95,9	97,1
Pecuaria	29,8	37,8	32,4	57,1	39,9
Agropecuaria	0,6	0,6	0,4	0,2	0,2
Agrícolas	48,8	51,4	53,7	38,6	57,0
Total em Mil Cr\$ Correntes	1.767.494	1.443.427,0	1.746.874	3.452.576	5.253.592

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir Relatório do Banco do Brasil de 1946, Rio de Janeiro, 1947, p.77.

Ademais, com a CREA permitiu-se financiar também uma ampla variedade de produtos em praticamente todo o país. Ou seja, tal fato esteve relacionado à necessidade de consolidar uma diversificação da estrutura agropecuária, concomitantemente ao nascimento do desenvolvimento industrial brasileiro, pois a agricultura tinha como principal papel ser a fonte de financiamento das importações brasileiras, que se destinavam em parte ao processo produtivo industrial através de insumos estratégicos.

Além disto, no decorrer da década 30, o regime de Vargas expandiu a intervenção do Estado para proteger e encorajar o crescimento de diversos setores através da criação de autarquias. Conforme Baer (1983), estas instituições foram criadas para lidar com alguns produtos (como açúcar, mate e sal), e em colaboração com os produtores, regulavam a produção, os preços, financiavam a construção de armazéns gerais, etc. O Estado neste sentido proporcionava, através da agricultura, a diversificação do mercado e gerava aumento da produção agrícola.

Em suma, uma das principais mudanças políticas voltadas para agricultura depois de 30, está na passagem do âmbito estadual para esfera do governo federal, onde surgiu no país uma estratégia agrícola geral. Isso começou a ocorrer mais acentuadamente a partir de 1937, quando dentro da estratégia de autonomia da economia nacional, a política de substituição de importações foi estendida a agricultura (Beskow, 1983).

Alguns fatores, no contexto analisado, passam a desempenhar um papel de enorme significação, como a regulamentação de fatores. A esse respeito, a regulamentação das leis de relação entre trabalho e o capital é um dos mais importantes. Segundo Oliveira (2006), a chamada legislação trabalhista fez parte de um conjunto de medidas governamentais destinadas a instaurar um novo modo de acumulação a partir de 30.

Em 1943 com a consolidação das leis do trabalho, de acordo com Paiva (1976), estabeleceu-se o direito do trabalhador urbano ao salário mínimo, jornada de oito horas de trabalho, descanso semanal remunerado, aviso prévio e demais benefícios da moderna legislação trabalhista. Como a consolidação destas leis não

ocorrem simultaneamente ao meio rural, isenta a agricultura dos custos na produção agrícola em relação a industrial, gerando na agricultura uma maior disponibilidade de divisas. Outro aspecto relevante é o movimento da mão-de-obra da agricultura para o setor não agrário em busca de melhores salários e condições. Permitindo neste movimento a realização da função da agricultura em liberar mão-de-obra, este ponto será retomado no próximo capítulo.

Como disposto, o governo teve, no período de 1930 a 1945, grande interação e influencia na economia brasileira e destaque no setor agrícola. E deste modo supriu a agricultura de mecanismos necessários para realização de suas principais funções. Na sessão seguinte, irei abordar os principais planos governamentais consolidados no Brasil pós 2ª guerra mundial com sua principal atuação no setor rural.

1.3. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA IMPULSIONADA PELOS PLANOS GOVERNAMENTAIS PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL

O desempenho do setor agrícola brasileiro, pós 2ª guerra mundial, foi influenciado fortemente por decisões do governo para estimular a produção através de instrumentos de política agrícola baseados em credito abundante e barato, além de criar programas de suporte de preços e estocagem.

Entre 1946 e 1952, a totalidade dos recursos destinados aos investimentos rurais foi canalizada para a aquisição de máquinas agrícolas, especialmente tratores importados. Essa demanda pelo aumento da mecanização da agricultura teve como objetivo desenvolver o setor agrícola brasileiro para o que viria a ser caracterizado pela intensificação do processo de industrialização substitutiva de importações e proporcionar maior oferta de alimentos. Segundo Beskow (1994, p. 256):

"esse desempenho [...] da mecanização da agricultura na década dos 1940 [...] reflete mudanças econômicas que passaram a ocorrer devido ao processo de intensificação da industrialização substitutiva de importações e da diversificação da agricultura [...] mas também está relacionado à crescente importância que a CREAL passou a ter como principal agência de financiamento".

Ou seja, a modernização da agricultura - e conseqüentemente seu impacto em termos de crescimento de produtividade - era condição necessária à industrialização por permitir redução dos custos das matérias-primas e cesta básica de consumo como também contribuir para a geração de divisas.

Além disto, o período que abrange o pós Segunda Guerra Mundial e 1965 teve como políticas voltadas para o setor agricultura: a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e as ações do Conselho Nacional do Café (CNC). (Coelho, 2001).

Segundo o autor, a PGPM teve origem com a criação da Comissão de Financiamento da Produção (CFP, posteriormente transformada em Companhia de Financiamento da Produção), e consistia em um mecanismo específico de política de rendas para a agropecuária, cujo intuito era evitar a grande oscilação de preços dos principais produtos agrícolas. Tratava-se de um mecanismo que buscava garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto e, com isso, assegurava o abastecimento interno de alimentos e aumento das divisas no país.

A partir de 1964 é implementado no Brasil o regime militar, que realizou importantes mudanças na economia brasileira e em especial para a agricultura, introduzindo um modelo de modernização do setor. Para Barros (1977), este processo de modernização da agricultura teve como base uma maior abertura ao comércio internacional, uma forte expansão dos programas de crédito rural subsidiado, aumento dos gastos com extensão rural e um especial tratamento ao setor de insumos e fatores de produção (tratores, fertilizantes, inseticidas e herbicidas).

O governo prevendo a necessidade de investimentos que a modernização da agricultura iria exigir assumiu a responsabilidade de financiar este processo, no qual inseriu em 1965 o chamado Sistema Nacional de crédito Rural (SNCR). O crédito rural foi o principal instrumento de modernização da agricultura nos anos 1960 e 1970 (Oliveira e Montezano, 1982). Em paralelo, o governo reformulou a Política de

Preços Mínimos que cuidou da sustentação de preços agrícolas e da formação de estoques reguladores, com os programas de Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimos do Governo Federal (EGF). Estas políticas subsidiaram a expansão da fronteira agrícola e o crescimento da produção de grãos no país. Esta prioridade do governo no setor agrícola, em conjunto com o uso extensivo de terras e de uma produtividade crescente, possibilitou um crescimento rápido da agricultura.

Conforme Nicholls e Paiva (1979), durante o período 1947/65 a agricultura brasileira cresceu (em grande parte espontaneamente) a uma taxa anual composta bastante respeitável de 4,6%. Além disso, o setor de produção de alimentos teve um desempenho muito bom durante 1963/70, evidenciado pelas reduções substanciais nos preços reais dos alimentos de consumo interno. Segundo Paiva (1976, 42):

“Constata-se que os preços dos produtos agrícolas tomados em conjunto (incluindo o café) mostram pequena tendência de melhoria (em relação ao nível geral de preços) no período de 1948-50 a 1959-62, uma vez que seus índices passaram de 93,1 para 99,2. A seguir baixa para 97,4 no período de 1963-66 e 88,1 em 1967-70. Os produtos alimentícios em geral (15 produtos) tiveram comportamento semelhante elevando-se de 90,6 no período inicial a 101,3 em 1959-62, baixando a seguir para 96,0 e 87,2 nos períodos subsequentes.”

Ademais, os anos 1970 vieram a repercutir internamente elevações mundiais nos preços agropecuários, em especial de alimentos. Santos (1984), concluiu que os preços relativos entre os produtos e os fatores de produção favoreceu a informação de novas tecnologias nas décadas de 1960 e 1970.

Desse modo, apresentarei nos itens abaixo os principais planos introduzidos pelo governo brasileiro na política econômica, dando ênfase no que diz respeito ao melhoramento do setor agrícola.

1.3.1. Plano de Metas (1956-1960)

Castro (1983) alega que este plano encontra a agricultura brasileira numa conjuntura relativamente favorável, já que o desempenho do setor havia sido relativamente satisfatório face às demandas crescentes do setor urbano-industrial. O

crescimento da produção, era fundamentalmente resultante da incorporação do que então constituía a fronteira agrícola para ampliação do excedente produtivo.

Segundo o autor (1983, 321), poderia inferir que as demandas tecnológicas do setor eram limitadas e a ampliação da produtividade agrícola decorrente do aumento do uso das terras produtivas não era sentida como uma ordem para o sistema. Isto se dava não só porque a ampliação da oferta se fazia por expansão da área cultivada, mas, sobretudo porque efetivamente elevava-se o rendimento da fronteira recém-ocupada. No entanto, as necessidades eram de outra natureza.

Com a maior integração dos mercados agrícolas regionais – decorrente da própria estratégia do Plano de Metas, foi necessário exigir a construção de uma infraestrutura mais adequada. Por este motivo foi objetivos do plano, a remoção dos pontos de estrangulamento derivados de uma estrutura inadequada a uma economia urbana-industrial moderna, que requer do setor agrícola mais agilidade no suprimento de produtos aos mercados urbanos.

Dito isto, o programa contemplava investimentos nas áreas de energia, transporte, indústrias de base, alimentação e educação, cujo montante orçado equivaleria a cerca de 5% do PIB no período 1957-61. (Vilella, 2011 pag.35). Segundo o autor, as áreas de educação e alimentação teriam recebido cerca de 6,4% do recursos totais.

De acordo com Castro (1983), o caráter modesto das preocupações com o desenvolvimento científica e tecnológico da agricultura no Plano de Metas deriva da necessidade de promover e reforçar os serviços de intermediação comercial do moderno complexo agroindustrial que se montava na época. Considera-se que este seria uma pré-condição para um desenvolvimento tecnológico futuro. Porém, o caráter indicativo das medidas propostas deixava a desejar o estabelecimento de instrumentos mais eficazes, o que só viria a ocorrer a partir do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Mesmo que modestas, as propostas do plano reproduziram uma necessidade a articulação entre pesquisas de assistência técnica e crédito rural, alicerce da política de modernização da agricultura nacional baseada na difusão de insumos modernos e máquinas para o setor. De acordo com Martine e Beskow (1987), o processo de constituição das principais indústrias produtoras de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas se deu durante o Plano de Metas, na década de 1950.

O atendimento de recursos financeiros aos produtores, sob a forma de crédito, constituía mecanismo direto dos mais eficazes para estimular a expansão da agricultura. Contudo, ao aprimorar o trabalho agrícola, desde o tamanho racional do solo e a adoção de sementes ou animais selecionados ao processo de transformação primária dos respectivos produtos, passando pelo uso de fertilizantes, de inseticidas, de irrigação, de máquinas e instalações agrícolas, etc., a agricultura conseguia gerar o aumento do seu excedente e o aumento de divisas na economia.

O principal mecanismo de financiamento do Plano de Metas foi a inflação, resultante da expansão monetária que financiava o gasto público e do aumento do crédito, que viabilizaria os investimentos privados, disserta Vilella (2011).

Castro (1983) conclui que, no contexto da pesquisa e assistência técnica, o alcance da política de modernização da agricultura guardou estreita relação com os resultados obtidos pelas agências governamentais em seus trabalhos de pesquisas, de difusão de técnicas mais aperfeiçoadas e de demonstração prática de sua maior eficácia. E segundo o autor, esta seria uma das tarefas fundamentais e de ação imediata em que os serviços especializados do Estado deveriam se dedicar, e seria de extrema importância que os agricultores aderissem aos métodos selecionados e recomendados.

Com uma produção interna de indústrias específicas criadas com o apoio do BNDES, eliminou-se a importação de fertilizantes, inseticidas e pesticidas. Ou seja, a agricultura ao criar demanda para determinados mercados, como o de fertilizantes, produz internamente uma diversificação dos mercados.

Em suas conclusões, o plano de metas, explicita sua preocupação com desenvolvimento de tecnologias nacionais e com a substituição de importações no que diz respeito a fertilizantes e maquinaria agrícola. Mais precisamente o programa esperava que a implantação da indústria automobilística viesse a representar um impulso importante para a produção nacional de tratores, o que efetivamente se verificou nos anos seguintes.

De certo modo, o desempenho agregado da economia brasileira no período 1956-60 decorreu, em grande medida, pelo Programa de Metas. Os resultados deste plano promoveu uma transformação na estrutura econômica da agricultura brasileira, passando a registrar uma trajetória crescente do setor (tema será abordado no Capítulo 2) que tornou a modernização agrícola economicamente vantajosa.

1.3.2. Plano Trienal (1963-1965)

O Plano Trienal se destaca dos demais no que diz respeito à agricultura, pelo seu enfático diagnóstico sobre o importante papel desempenhado pelo setor na conjuntura econômica crítica que atravessava o país no período em questão.

O aumento dos preços dos produtos primários - no qual a relação de preços de intercâmbio é crescentemente favorável à agricultura, seria resultante da rigidez da oferta agrícola que não responde com rapidez a intensificação da sua demanda. Mesmo com a mudança na estrutura dos custos agrícolas assinalada no Plano, com o maior peso de matérias primas industriais na produção primária, a aceleração do processo de industrialização resultou numa transferência de recursos da indústria para a agricultura através do deterioro das relações de intercâmbio setoriais. (Castro, 1983, 324).

O Plano Trienal tinha como principais objetivos, de acordo com Villela (2011):

“... (1) a garantia da taxa de crescimento do PIB de 7%a.a. próximo à média dos anos anteriores; (2) reduzir a taxa de inflação para 25% em

1963, visando alcançar 10% em 1965; (3) garantir um crescimento real dos salários a mesma taxa do aumento da produtividade; (4) realizar a reforma agrária como solução não só para a crise social como para elevar o consumo de diversos ramos industriais; e (5) renegociar a dívida externa para diminuir a pressão de seu serviço sobre o balanço de pagamentos.” (Vilella, 2011, 41)

O programa se concentrou no crescimento do produto agrícola a uma taxa de 7% no triênio (1963-65), de forma a reduzir as pressões inflacionárias oriundas dos preços agrícolas. Para atingir tais objetivos, de acordo com Castro (1983), propunha-se: expandir a produção de alimentos; corrigir as distorções e deficiências do setor exportador; aumentar a produção e melhorar a qualidade das matérias primas para o mercado interno; aumentar a produção e melhorar a qualidade das matérias primas para o mercado interno. As metas dispostas deveriam gerar, igualmente, a melhoria da produtividade agrícola, o aumento do excedente produtivo, a criação de divisas e diversificação dos mercados.

Com isto, o governo atuaria mais precisamente na promoção da modernização agrícola como meio para se atingir os fins definidos no programa. Ou seja, a mudança do diagnóstico em relação ao Plano de Metas não implicou em alterações de vulto na política de modernização proposta.

No âmbito de pesquisa e fomento é realizado um exame crítico das atividades já desenvolvidas, e verifica-se a ausência de uma política agrária claramente definida capaz de permitir um melhor entrosamento da ação governamental e suas diretrizes. A identificação da falta de coordenação de atividades, falta de recursos, descredito de ação pública e falta de continuidade nos trabalhos de pesquisa são apontados como os principais problemas da atividade científica voltada ao setor agrícola. Para alcançar os objetivos propõe-se a criação de um Fundo Agropecuário, constituído de 3% da receita tributária da União, e a elaboração de planos plurianuais de pesquisa e promoção agropecuária, como parte de planos nacionais de desenvolvimento econômico, Castro (1983).

As propostas destacavam-se claramente para o favorecimento desta atividade e de um aumento do crédito que permitisse a aquisição pelos produtores dos bens

de produção indispensáveis a elevar a mecanização agrícola, possibilitando o aumento do excedente.

Vale ressaltar que a mecanização ao elevar a produtividade do trabalho, pode também igualmente dispensá-lo, porém o mesmo não ocorre geralmente com a difusão do emprego de fertilizantes. Com isto o tratamento privilegiado a difusão de práticas de adubação química, aliado ao estímulo a pesquisa nacional de tipos melhor adaptados aos solos brasileiros.

A estratégia de modernização da agricultura impunha, assim, sua lógica interna e reduzia o espaço das medidas de reestruturação da propriedade da terra que estariam mais afinadas com o diagnóstico global do plano de 1962.

1.3.3. Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)

A conjuntura agrícola a época do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), não era substancialmente distinta daquela que originou o Plano Trienal. Tornara-se entanto mais crítica pela conjugação das crises de abastecimento, com o conseqüente movimento de elevação dos preços agrícolas, ao crescente descontentamento político que se expressava nos movimentos trabalhista no campo, Castro (1983).

Segundo o autor, a redução do ritmo de crescimento econômico a partir de 1963 veio somar-se a uma conturbada conjuntura política no campo. Como a agricultura no Brasil se caracterizava em geral pela sua baixa produtividade, não apresentando apenas uma formação de capital reduzida como também seu progresso era lento. Este processo se dava pela incapacidade de expandir-se dado que políticas simplistas de combate à inflação pela via de controle de preço conduziam a uma distorção que desencorajava o investimento na agricultura que não se expande a uma taxa suficiente para compensar os ritmos de crescimento da demanda.

A ausência de escolaridade era um dos importantes fatores que impedia a modernização agrícola, e dever-se-ia prover o habitante do quadro rural com um mínimo de escolaridade, elevar-lhe os padrões culturais por via das experiências adquiridas e transmitir-lhe uma tecnologia nova pela demonstração, (Castro, 1983).

Com isto, em ambos os planos (Trienal e PAEG) combinava-se uma estratégia reformista – a reforma agrária deveria ser entendida como uma profunda mudança das relações de propriedade da terra com o objetivo de promover a melhor distribuição da renda agrícola e aumentar a eficiência do uso da terra – que seria aos poucos abandonada, por uma política de modernização da agricultura, baseada na pesquisa, assistência técnica e crédito rural. Especificamente no caso do PAEG a ênfase residiria nos programas de educação.

Desta maneira as necessidades tecnológicas da agricultura deveriam ser amparadas por, Castro (1983, 328),

- mudanças institucionais, incluindo a reorganização de postos e estações, e de patrulhas motorizadas, que difundiriam a mecanização agrícola;

- uma intensificação no uso de fertilizantes, corretivos e sementes, através de um programa de divulgação com recursos dos laboratórios, das secretarias de Agricultura dos Estados e de entidades privadas;

- a criação de uma coordenação de crédito rural e de um Fundo Nacional de Refinanciamento Rural contando com empréstimos externos para importação de fertilizantes e recursos internos de diferentes procedências;

- um programa de formação e treinamento técnico, para formar agrônomos e veterinários.

Segundo o mesmo autor, previa-se também o incentivo a pesquisa e ao aperfeiçoamento dos métodos de produção através dos seis Institutos de Pesquisa e

Experimentação Agropecuária existente, e conduzida pelas estações experimentais regionais de funcionamento.

Estava em gestação uma forte guinada na política agrícola brasileira, que daí em diante concentraria definitivamente a política de modernização, cuja preocupação com o desenvolvimento científico e tecnológico a partir do pacote de insumos industriais e máquinas que já havia se visto. Tal alavanque induziria ao aumento de divisas disponível através da agricultura.

1.3.4. Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) (1968-1970)

Em 1968, Herman (2011), a economia brasileira inaugurou uma fase de crescimento vigoroso que se estendeu até 1973, onde o PIB cresceu a uma taxa média na ordem de 11% ao ano. O crescimento do período de 1968-73 retornou e completou o processo de divisão da produção e consumo de bens duráveis, iniciado com Plano de Metas.

A expansão do mercado internacional de certa forma impunha a modernização da produção e da comercialização destes bens para torná-los competitivos. Porém a política de modernização já havia conquistado alguns êxitos, como na ampliação do consumo de sementes melhoradas e no uso de tratores. Desta forma o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), vem encontrar-se com um determinado processo de modernização que retomava seu curso e que seria confirmado e ampliado pela política agrícola, inclusive científica e tecnológica.

O Programa Estratégico de Desenvolvimento tinha como principais objetivos, Herman (2011, 64), a estabilização gradual dos preços, mas sem a fixação de metas explícitas de inflação; o fortalecimento da empresa privada, visando a retomada dos investimentos; a consolidação da infraestrutura, a cargo do governo; e a ampliação do mercado interno, visando a sustentação da demanda de bens de consumo, especialmente dos duráveis.

Tal programa, para o setor agrícola, estaria voltado fundamentalmente a elevação da produção e da produtividade pela transformação da agricultura tradicional mediante as mudanças de métodos de produção e utilização mais intensa de insumos modernos, para a qual se estabeleceria um conjunto de programas e projetos governamentais integrados num sistema de apoio a transformação tecnológica da agricultura, Castro (1983). Em outras palavras, o programa viria a aumentar a produção agricultura no objetivo de gerar um volume maior de divisas e alimentos.

A ação pública estaria concentrada em produtos que apresentavam os maiores déficits potencial, nas políticas de incentivos a utilização de insumos modernos e maquinas, no desenvolvimento da pesquisa agrícola, na atuação da extensão rural e eximindo-se de tarefas executivas sempre que estas pudessem ser atribuídas ao setor privado.

Desta forma, Castro (1983), era entendido pelo PED que a modernização agrícola dar-se-ia através de uma importante contribuição do setor privado, competindo a politica agrícola estimular-lo através de incentivos e subsídios, ou através de mobilização de volumosos recursos financeiros que seriam colocados a disposição da indústria de insumos modernos e maquinas, das agroindústrias, das cooperativas e dos produtores rurais mobilizados na tarefa de transformar a agricultura tradicional.

A estrutura do PED não diferia dos programas e projeto já explicitados em planos anteriores, porém há aqui pelo menos três diferenças. Segundo o autor (1983, 330), em primeiro lugar, não constituem apenas, como anteriormente, intenções modernizantes mais ou menos vagas num contexto de planejamento indicativo. Em segundo lugar, há um direcionamento explicito ao que se acredita constituir a politica científica e tecnológica para o setor. E por ultimo, destaca-se o privilegiado papel reservado ao setor privado na difusão do padrão tecnológico desejado.

A modernização da agricultura foi enfatizada. Grandes somas de crédito subsidiado foram aplicadas na compra de insumos modernos, tais como sementes melhoradas, fertilizantes e máquinas. A produção de algumas culturas foi estimulada através de empréstimos com juros baixos para custos operacionais e despesas dos investimentos. O serviço de extensão agrícola tornou-se federal e sua rede foi ampliada; além disso, aumentou muito o número de estatísticas atualizadas sobre a produção e preços agrícolas.

A pesquisa agrícola foi sendo melhorada aos poucos. Além disso, a extensão das estradas asfaltadas no Brasil aumentou mais de três vezes durante a década de 60, alega Schuh (1971). Os programas de preços mínimos expandiram-se moderadamente, dentro das limitações impostas pelo objetivo parcialmente conflitante de controle da inflação.

Após apresentar o esboço da agricultura brasileira e suas principais transformações durante o período de 1930 e 1970, distribuídas tanto pelas mudanças estruturais ocorridas quanto na interação do estado para impulsionar o desenvolvimento agrícola, oriento o restante do trabalho para análise das funções da agricultura no desenvolvimento brasileiro.

CAPÍTULO 2 - A AGRICULTURA COMO ALAVANCA DO DESENVOLVIMENTO

De acordo com Jorgenson (1961), no processo de desenvolvimento econômico de diversos países a agricultura é fundamentalmente importante como fornecedora de recursos para investimentos em atividades emergentes, pela liberação de mão-de-obra para outros setores, como provedora de poupança para a acumulação de capital, bem como devido à oferta de alimentos a preços baixos para a população.

A importância do setor agrícola na economia brasileira pode ser vista por sua contribuição na obtenção de superávits na balança comercial, com o objetivo de efetuar o pagamento de juros da dívida externa e manter o crescimento econômico. E, ainda, as atividades vinculadas à agricultura apresentam grande impacto sobre a

produção e o emprego, dinamizando o conjunto da economia. Com o desenvolvimento da agroindústria para a exportação, a agricultura estará cumprindo também as funções de gerar divisas com a exportação de produtos e ampliar o mercado interno para bens industriais.

A evolução das condições técnicas e econômicas da produção rural brasileira no período anterior à Segunda Guerra Mundial foi bastante lenta, incorporando mudanças técnicas e modernas praticamente dos anos 50 e 60 em diante. Vale salientar que o período do pós 2ª guerra mundial até fins dos anos 50, isto é, o período de maior ênfase em industrialização, o setor agrícola, de modo geral, era considerado como um reservatório residual (principalmente de trabalho) de onde se obteriam recursos para os setores industriais e de serviços.

Conforme descrito por Szmerecsanyi (1990), o crescimento da produção agrícola, mesmo no período recessivo posterior a 1929, foi positivo, e em geral, o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola teria crescido à frente da taxa de incremento populacional nas três décadas de 1930 a 1960.

Na década de 50, a estrutura agrícola teve foco na expansão da fronteira agrícola e, por consequência, no aumento da produção de alimentos. De acordo com Barros (1977), este processo baseou-se, principalmente, na melhoria da infraestrutura de comercialização de produtos agropecuários, por meio de investimentos públicos em transporte e armazenamento. O abastecimento alimentar foi garantido e a principal fonte de crescimento da agricultura, de acordo com os autores, esteve relacionada à elevação substancial do contingente de mão-de-obra e da incorporação de novas terras ao processo produtivo.

No período de 1960, a agricultura já contribuía no processo de estabilização da economia brasileira, devido aos sérios problemas de equilíbrio interno (inflação) e externo (balança de pagamentos) do período. Barros (1977) afirmou que, no período, recursos foram transferidos da agricultura para a indústria nacional. Desta forma, a agricultura teria sido a principal responsável pelo crescimento da indústria no país.

Alves e Contin (1988) afirmam que, entre as décadas de 50 e 60 a agricultura, no processo de industrialização, foi impulsionada a liberar recursos para a expansão industrial que se desenvolvia. E a forma encontrada pela agricultura para atender a demanda foi pelo crescimento extensivo, gerado através da expansão da fronteira agrícola.

A partir da década de 60, com o avanço da indústria baseada na agroindústria, iniciou-se uma grande transformação econômica, social e política da agricultura brasileira, desencadeando diversas transformações nas formas de produzir e viver no campo, que adquiriu novas funções, sobretudo pela expansão do agronegócio exportador brasileiro, que alterou profundamente as formas de produção agrícola nas diferentes regiões.

2.1. GERAÇÃO DO EXCEDENTE PRODUTIVO NA AGRICULTURA

De acordo com Castro (1969), a criação de um excedente de alimentos constitui, na realidade, uma pré-condição mínima para a ocorrência do desenvolvimento econômico. Ou seja, somente quando o trabalho na agricultura consegue produzir além de suas necessidades, torna-se possível na comunidade o processo de diferenciação de atividades e promover o surgimento da vida urbana.

Tornada como um condicionamento da maior importância e enfrentamento, em muitos casos, a rigidez técnico-institucional típica da agricultura tradicional, a geração de um crescente excedente exigiu, por vezes, profundas transformações históricas. A divisão do trabalho existente não chegava a se realizar ao nível da unidade rural onde os trabalhadores eram levados a dividir seu tempo entre as lavouras de exportação e de subsistência. No entanto, a evolução traria uma regionalização de atividades onde caracterizava-se então pela divisão mais explícita do trabalho no plano nacional. Ao setor agrícola cabia a geração de um considerável excedente utilizado no sustento do trabalho dedicado a grande lavoura de exportação.

O período no Brasil que se inicia na década de 1930, onde ocorre à transferência do eixo de acumulação do setor agrícola exportador para o setor industrial, a produção agropecuária continua a expandir-se, embora em um ritmo menor que a industrial, porém suficiente para suprir as necessidades do crescente mercado interno, Sorj (1980,1). A expansão da produção agrícola para o mercado interno, e parcialmente para o externo, deve-se fundamentalmente ao aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência, e a expansão da fronteira agrícola a partir da ocupação de novas áreas.

A expansão da fronteira, segundo o autor (1980, 8), envolve um duplo processo de mercantilização do excedente agrícola gerado pela pequena produção de posseiros devido à ação do capital comercial, bem como da própria expansão física da fronteira.

Os valores de crescimento do produto real por setor no país mostram que o crescimento da produção agrícola no período de 1947-70 de modo geral foi favorável. Conforme tabela 2, as taxas médias anuais de crescimento nesse período variaram de 3,2 a 5,8%, sendo a menor entre 1963-66 e maior entre 1959-62.

Tabela 2 - INDICES DE PRODUTO REAL: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POR SETORES E POR PERIODO - BRASIL

Período	Agricultura			Produtos extrativos vegetais	Industria	Produto real geral
	Total	Lavoura	Prod. anim. e deriv.			
1947-50	4,3	4,4	6,2	-0,7	11,0	6,8
1951-54	4,5	3,0	9,4	2,1	7,2	6,8
1955-58	4,2	5,6	1,5	5,5	9,9	6,5
1959-62	5,8	5,7	4,9	10,4	10,0	7,7
1963-66	3,2	3,0	4,7	2,5	3,1	3,1
1967-70	4,7	5,1	2,3	1,1	10,1	8,2

Fonte: Paiva, 1976, 28.

Com isto, os dados reafirmam a hipótese de que a agricultura não se apresentava como uma cultura estagnada ou em retrocesso. Embora a estrutura dos

principais produtos agrícolas não tenham sofrido importantes modificações entre 1930 e 1964, houve uma reorganização do espaço produtivo, através da maior espacialização regional de determinados tipos de produtos e da reorganização da divisão social do trabalho na agricultura a níveis nacional. De acordo com Castro (1969), o surgimento de uma economia internacional no século XIX pode ser entendido por uma tentativa de transferência para o plano mundial da divisão do trabalho que tivera início entre o campo e a cidade.

Autores consideram que o aumento da produção agrícola no Brasil, no período avaliado, se deve tanto ao aumento das áreas cultivadas e do rebanho existente como a melhoria da produtividade (rendimento por hectare) das culturas e rebanhos. Já que em períodos anteriores a expansão da área constituía quase que o único fator responsável pelo aumento de produção.

A análise dos níveis de produtividade permite caracterizar melhor o padrão de expansão da produção agrícola nas décadas em questão. No período que vai de 1940 e 1970, o aumento da produção agrícola no Brasil se deveu fundamentalmente a expansão da área. O percentual do numero de estabelecimento até 10 ha. passa, entre 1940 e 1970, de 34% para 51% respectivamente E se consideramos o volume até 100 ha. o percentual foi de 72% em 1920 e 91% em 1970.

Tabela 3 - NUMERO E ÁREAS DE ESTABELECEMENTOS AGRICOLA BRASIL - 1920-70

Qtde Ha.	1940		1950		1960		1970	
	Numero	1000ha	Numero	1000ha	Numero	1000ha	Numero	1000ha
10	654.557	2.885	710.934	3.025	1.495.020	5.952	2.519.630	5.952
10 a - 100	975.438	33.084	1.052.557	35.420	1.491.415	47.566	1.934.392	47.566
100 a - 1000	243.818	66.128	268.159	75.368	314.831	86.029	414.746	86.029
1000 a 10000	26.539	62.020	31.017	73.036	30.883	71.420	35.425	71.420
10000 e mais	1.273	33.497	1.611	45.009	1.597	38.893	1.449	38.893
Total	1.901.625	197.614	2.064.278	231.858	3.333.746	249.860	4.905.642	249.860

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir do Anuário Estatístico do Brasil de 1975 (IBGE)

Nota: Os totais não incluem os estabelecimentos sem declaração de área que foram: 2.964 em 1940, 364 em 1950, 4.023 em 1960 e 18377 em 1970.

Por isto, a geração de um vultoso excedente se antecipava ao surgimento e expansão da indústria. Estas áreas passavam, pois a contar com a decisiva vantagem de não ter que pressionar a agricultura para a obtenção de um amplo volume de alimentos e matérias primas, uma vez deflagrado o processo de industrialização.

A cultura pelo excedente de alimentos, finalmente não se torna um grave problema, antes de qualquer coisa, porque a combinação de plantios intercalados nos cafezais e a já referida seletividade da cultura (que deixa bons solos disponíveis para outros usos) permitiram a autossuficiência. O prosseguimento da conversão para novas atividades de áreas, e a incorporação mediante a pecuária e outras atividades (arroz, milho, etc.) de terras em outras regiões, garantiram o crescimento da produção para o mercado interno (Castro, 1969).

A tabela 4 mostra que a agricultura apresentou, em todo o período avaliado, um aumento no seu volume total produzido com valores de 82,9 em 1939 e 158,9 em 1970.

Tabela 4 - INDICE DO VOLUME TOTAL DA PRODUÇÃO AGRICOLA

Ano	1949=100	1953=100	Ano	1949=100	1953=100
1939	82,9	74,2	1952	111,5	99,8
1940	80,4	72,0	1953	111,7	100,0
1941	84,5	75,6	1954	120,5	107,9
1942	79,6	71,3	1955	129,8	116,2
1943	84,5	75,6	1956	126,7	113,4
1944	87,0	77,9	1957	138,5	124,0
1945	82,9	74,2	1958	141,3	126,5
1946	88,7	79,4	1959	148,8	133,2
1947	89,5	80,1	1960	156,1	139,8
1948	95,7	85,7	1961	167,9	150,3
1949	100,0	89,5	1968	154,7	138,3
1950	101,5	90,9	1970	158,9	142,1
1951	102,2	91,5			

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir Instituto Brasileiro de Economia, FGV, Revista de Economia numero de março correspondente a diversos anos.

A análise do crescimento das necessidades de alimentos deve ter inicio pela aceitação de que a acelerada expansão populacional impõe limites mínimos aceitáveis bastante elevados para que se logre meramente sustentar o consumo per capita de alimentos.

Dito isto, a taxa de crescimento da população e a sua distribuição geográfica tem importantes implicações para a agricultura e sua organização. E com a generalizada aceleração das taxas de crescimento demográfico (será apresentado mais adiante), a expansão da produção agrícola passou a ser um dos maiores alavanches no processo de desenvolvimento. Efetivamente, até as primeiras décadas do século XIX as nações eram obrigadas a vencer a inercia típica do mundo agrário, como pré-condição para dispor de um excedente de alimentos e matérias-primas que permitisse o desenvolvimento urbano-industrial.

Poderia ser ainda lembrado, que em meio a tal dinamismo demográfico, verificou-se intenso processo de urbanização que encobriria vigoroso movimento de êxodo rural, incrementava o volume de excedente a ser extraído dos meios rurais. Sorj (1980) alega que, o processo do espaço econômico em torno dos novos centros de expansão agrícola determinou, especialmente a partir de 1930, importantes movimentos migratórios não só no sentido rural-urbano, mas também intra-rurais.

O crescimento demográfico entre as décadas de 1940 e 1970 é mostrado na Tabela 5. A população brasileira cresceu a taxas de 26,0%, 36,7% e 33,1% no período de 1950, 1960 e 1970 respectivamente, chegando a um volume aproximado de 95 milhões de pessoas na década de 1970.

Tabela 5 - POPULAÇÃO BRASILEIRA POR REGIÕES - 1940-70

Regiões	População Total						
	1940	1950		1960		1970	
	1000 hab	1000 hab	% ano anterior	1000 hab	% ano anterior	1000 hab	% ano anterior
Sul	5.735	7.841	36,7%	11.892	51,7%	16.684	40,3%
Sudeste	18.346	22.548	22,9%	31.063	37,8%	40.332	29,8%
Nordeste	14.434	17.973	24,5%	22.429	24,8%	28.675	27,8%
Norte	1.462	1.845	26,2%	2.601	41,0%	3.651	40,4%
Centro-Oeste	1.259	1.737	38,0%	3.007	73,1%	5.168	71,9%
Brasil	41.236	51.944	26,0%	70.992	36,7%	94.510	33,1%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados básicos do IBGE

Com base nas informações expostas sobre a criação do excedente agrícola, tudo indica que a mesma acompanhou e supriu a necessidade gerada pelos aumentos da população. Conforme descrito por Paiva (1976):

“Com referencia ao crescimento da produção agrícola do Brasil deve-se acentuar que suas taxas têm sido em geral superiores as taxas anuais de crescimento da população, de 3,0% e 2,9%, nos períodos de 1950-60 e 1960-70, respectivamente; e de verto modo também suficientes para atenderem aos aumentos de renda per capita de 3,7 e 3,0 por ano que significam crescimento da demanda efetiva nesses mesmos períodos de 4,8 e 4,4% e por ano, respectivamente (admitindo que o coeficiente da elasticidade-renda da demanda seja de +0,50).” (Paiva, 1976, 28)

De acordo com alguns autores, os precedentes ocorridos procuram deixar claro que as economias exportadoras de alimentos, bebidas e matérias primas agrícolas tendem a desenvolver uma agricultura de mercado interno capaz de engendrar um volumoso excedente. E diante das crises ocorridas no comercio exterior que deram margem ao crescimento urbano-industrial, as economias agrícolas estão duplamente habilitadas para lançar nos centros urbanos um crescente volume de alimentos e fibras. A agricultura voltada para o setor exportador tentará compensar a inevitável compressão da demanda dali proveniente.

Relacionando os vários fatores, como a propensão ao crescimento da produção agrícola para mercado interno (uma vez bloqueadas as importações), a disponibilidade de novas terras de alta fertilidade no período sob exame e o elevado

ritmo de expansão demográfica, contamos aqui com os elementos básicos para explicação do elevado ritmo de crescimento da agricultura brasileira e sua importância, no período correspondente a moderna industrialização. Em conclusão, tudo indica que durante o período entre 30 e 70, a agricultura prestou contribuição ao desenvolvimento econômico total, através do suprimento de produtos alimentícios.

2.1.1. Reforma Agraria

Nos anos 50 uma grande pressão da população sobre a escassez recursos vindos da terra foi um adicional que transformou a reforma agraria numa questão urgente nas regiões densamente povoadas. Na década de 60 ocorrem elevados esforços na garantia de determinar a importância da reforma agraria em toda América Latina.

A reforma agrária traduzia-se em duas medidas fundamentais: a primeira considerou que grandes propriedades pouco exploradas e não cultivadas diretamente pelos seus donos seriam desapropriadas e estas terras redistribuídas aos pequenos agricultores e, em segundo, estes foram encorajados a produzir com mais eficiência mediante a criação de cooperativas por diversos tipos.

No Brasil, a reforma agraria foi, entre 1930 e 1970, um objeto de muito debate intelectualizado, de alguma movimentação social e de muito pouca realização efetiva. Paiva (1976) alega que, quanto ao instrumento jurídico necessário para a realização de uma reforma agraria a posição do Brasil era muito favorável, pois já dispõe de elementos legais necessários a uma rápida desapropriação de terras.

Uma importante medida nesse sentido, segundo Leslie (2009), foi à eliminação do artigo 147 da Constituição de 1946, que exigia que as desapropriações de terras ocorressem mediante previa e justa indenização em dinheiro. Essa informação praticamente impossibilitava o país de por em execução um projeto mais amplo de reforma agraria, face ao montante de recursos financeiros de que se deveria dispor antecipadamente para poder realiza-la. A eliminação desta

clausula somente foi possível pelo Governo de 1964 através da ementa constitucional nº10, onde o pagamento poderia ser realizado através de títulos públicos.

Em novembro de 1964, o governo promulgou a Lei nº4.504, no qual implantou fundamentos legais que tornavam possível o desencadeamento da reforma agraria no Brasil. Porém, mesmo com os dispositivos jurídicos disponíveis, o Instituto Brasileiro de Reforma Agraria (IBRA) obteve resultados extremamente pobres quanto a primeira lei brasileira de reforma agraria.

Como se lê no boletim da Associação Brasileira de Reforma Agraria (1971,3), o indicador valido para auferir a eficiência de um processo agro reformista é o numero de famílias efetivamente beneficiadas com a redistribuição de terra agrícola de propriedade privada; e a julgar pelos responsáveis da Associação os resultados adquiridos foram praticamente insignificantes, pois no período de 1964-71 apenas 4.327 agricultores foram beneficiados por essa distribuição.

O Brasil demonstrou características insólitas no sentido de ter evitado qualquer aparência da reforma agraria, entretanto a politica agraria no país procurou estimular o crescimento da agricultura por meio de mecanismos de mercado, esperando que os aumentos das oportunidades, na cidade e no campo, pudesse diminuir o despontamento do homem rural.

A reforma agraria veio a intensificar o objetivo da agricultura em criar o excedente para da suporte ao desenvolvimento econômico industrial ocorridos no período.

2.2. ESPECIALIZAÇÃO E LIBERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NA AGRICULTURA

O setor agrícola foi responsável por mais de 2/3 do produto total no processo iniciado para o desenvolvimento brasileiro, e este se apresentava em idêntica proporção da população nacional do campo. Quando a fase de industrialização se

inicia, a agricultura não é responsável apenas por fornecer os alimentos e as matérias-primas de que o meio urbano necessita, mas também por liberar mão-de-obra. Castro (1969) diz que, a obtenção de um excedente nas atividades agrícolas permite o desvio de mão-de-obra para outras atividades.

Dito isto, e tendo em vista a existência de uma alta relação entre trabalho/produto no campo, o setor urbano começa a atrair parcelas crescentes das populações rurais, porém isto não impede que a agricultura continue produzindo os mesmos montantes do passado. Castro (1969) afirma que, até quando eram desconhecidas as taxas de crescimento demográfico típicas do período, a ampliação do contingente urbano-fabril de trabalhadores supunha a elevação da produtividade no campo. Assim, o êxodo rural refletia o progresso das técnicas agrícolas a qual permitia ao trabalhador rural produzir um sustento em media maior ao numero de habitantes distantes do trabalho agrícola.

Portanto, pode-se dizer que havia um excedente populacional empregado na agricultura, significando que este excedente poderia ser deslocado para o setor urbano sem afetar o a produção agrícola total. De acordo com Lucena & Souza (1999), esta seria a função da agricultura de liberar trabalhadores para o meio urbano, sem reduzir a quantidade ofertada de alimentos e matérias-primas.

Este movimento entre setores pode ser acompanhado pela mensuração dos dados adquiridos da população brasileira no período em destaque. A porcentagem da população total, que habitava a zona rural, atingiu em todo o período avaliado um crescente incremento populacional. E que apesar da inclinação fortemente rural, demonstrada na tabela 6, como um todo e dos intensos movimentos em direção a terras novas, também foi considerável o desenvolvimento das concentrações urbanas. Com efeito, o percentual de habitantes rurais caiu de 68,8% em 1940 para 44,0% em 1970, tendo este ultimo uma queda no seu crescimento populacional em comparação ao ritmo das décadas anteriores.

Tabela 6 - POPULAÇÃO RURAL BRASILEIRA POR REGIÕES - 1940-70

Regiões	População Rural						
	1940	1950		1960		1970	
	1000 hab	1000 hab	% ano anterior	1000 hab	% ano anterior	1000 hab	% ano anterior
Sul	4.145	5.528	33,4%	7.423	34,3%	9.249	24,6%
Sudeste	11.114	11.828	6,4%	13.244	12,0%	10.985	-17,1%
Nordeste	11.053	13.229	19,7%	14.748	11,5%	16.694	13,2%
Norte	1.057	1.264	19,6%	1.618	28,0%	2.001	23,7%
Centro-Oeste	988	1.313	32,9%	1.954	48,8%	2.674	36,8%
Brasil	28.357	33.162	16,9%	38.987	17,6%	41.603	6,7%

Regiões	Porcentagem da população rural sobre a população total			
	1940	1950	1960	1970
Sul	72,3%	70,5%	62,4%	55,4%
Sudeste	60,6%	52,5%	42,6%	27,2%
Nordeste	76,6%	73,6%	65,8%	58,2%
Norte	72,3%	68,5%	62,2%	54,8%
Centro-Oeste	78,5%	75,6%	65,0%	51,7%
Brasil	68,8%	63,8%	54,9%	44,0%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir das Projeções da Oferta e Demanda de Produtos Agrícolas do Brasil, FGV (1967)

O Brasil, historicamente, apresenta uma força de trabalho bastante móvel. E houve um acompanhamento dos trabalhadores a expansão das oportunidades de emprego, sejam elas na indústria açucareira do Nordeste no século XVII, na corrida do ouro em Minas Gerais mais tarde, ou na expansão do setor industrial em São Paulo no período de após guerra.

Posso dizer que de fato é de conhecimento de todos que pelo ao menos desde a Grande Depressão dos anos 30, verifica-se no Brasil um intenso movimento migratório entre campo e cidade. Conclui-se que existiu uma continuação destes deslocamentos nos períodos entre 1940 e 1960, e esta pode ser reforçada pela interpretação de Schuh:

“... tudo indica que basicamente os mesmos padrões emigratórios repetir-se-iam, talvez com uma taxa apreciavelmente maior de migração. Por exemplo, em 1940 cerca de 3,4 milhões de brasileiros estavam vivendo

fora dos seus estados de origem, o que representava 8,5 por-cento da população total. Em 1950 esse numero havia aumentado para 5,2 milhões ou 10,3 por-cento do total; e em 1960 para 12,5 milhões de habitantes, ou seja, 18,2 por-cento da população total.” (Schuh, 1971, 33).

A constante retirada de homens do campo foi sempre tida como uma das condições fundamentais do processo de desenvolvimento desde que fornecida às atividades urbanas, a mão-de-obra de que necessitavam para expandir-se. Afirmando isto, a saída destes homens do campo em movimento a cidade mostrou-se bastante importante nos casos em que tal movimento gerava um barateamento dos salários, aumento na competitividade das “casas de trabalho” e das primeiras fabricas localizadas nos centros urbanos.

Na grande maioria, entre 1930 e 1940, as famílias de pequenos agricultores camponeses, rendeiros e meeiros utilizavam ao máximo o trabalho dos seus membros. Porém a partir década de 50, em que há necessidade de gerar excedente para introduzir o desenvolvimento, os agricultores receberam um maior incentivo para a produção de um excedente, que em muitas das vezes foi realizado por meio de uma especialização em produtos novos para suprir o mercado urbano crescente.

O impacto das mudanças econômicas sobre a organização familiar e a divisão do trabalho da família foi considerável, que gerou uma nova tendência no trabalho agrícola. Este movimento era associado a não utilização da mão-de-obra familiar total na agricultura, já que a mecanização marginalizou a contribuição de alguns integrantes por eliminar as tarefas que usavam muita mão-de-obra.

A estratégia agrícola dessas famílias girou em torno da maximização dos lucros obtidos na agricultura e nas atividades associadas, que pode gerar um processo de diferenciação social e de especialização, no setor rural, baseado na crescente especialização e na orientação das famílias para o comércio.

Os dados da força de trabalho brasileira no contexto em questão se baseiam no conceito de “força de trabalho potencial”, que inclui a população de 10 anos e mais de idade, diz Schuh (1970). Esta população, segundo o autor, é classificada como empregada (por setor de emprego) ou inativa, ressaltando que a categoria

inativa reúne todos aqueles não empregados diretamente em atividades remuneradas, e inclui aqueles em atividades domésticas não remuneradas, pensionistas, aposentados, estudantes, etc.

A tabela 7 mostra que a população economicamente ativa (com mais de 10 anos de idade) aumentou no intervalo de 1940 a 1970 em 14,8 milhões, e estimar-se que só no setor agrícola teve um aumento de 39,2% entre 1940 e 1970. O emprego na agricultura retratou um aumento entre as décadas de 1950-1960 e 1960-70 de 19,3% e 10,2% respectivamente, o valor gerado no período de 1950-60 teve uma proporção três vezes maior que mostrada no período entre 1940 e 1950. Grande parte desse acréscimo foi transferida para fora da agricultura, já que a agricultura seria uma das principais fontes de liberação de mão-de-obra no país.

Tabela 7 - POPLAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SETOR, 10 ANOS E MAIS DE IDADE - 1940-70

SETOR (a)	1940	1950	1960	1970	Mudança %		
					1940-50	1950-60	1960-70
		(milhões)					
Agricultura	9,7	10,3	12,3	13,5	6,2%	19,3%	10,2%
Industria	1,5	2,3	2,9	5,5	53,3%	27,6%	87,3%
Serviços	2,2	3,6	6,0	8,6	63,6%	66,7%	43,3%
Comercio	0,8	1,0	1,5	2,3	27,4%	54,3%	57,9%
Prestação de Serviços	0,6	1,7	2,8	3,8	158,3%	64,1%	36,4%
Transporte, Comunicação	0,5	0,7	1,1	1,3	48,6%	52,4%	21,6%
Administração Pública	0,3	0,3	0,7	1,2	-17,2%	174,7%	67,6%
Outras Atividades	1,3	0,9	1,5	2,0	-30,8%	66,7%	30,1%
Total Ativo	14,8	17,1	22,8	29,6	16,0%	32,9%	29,9%
Inativo	14,3	19,4	26,1	36,3	35,7%	34,5%	39,1%
Toral 10 Anos e Ma	29,0	36,6	48,8	65,9	26,2%	33,3%	35,0%

(a) Os setores são definidos de acordo com o critério das contas nacionais.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979.

O aumento da taxa do emprego na indústria foi substancialmente menor nos anos 1960, com relação ao que havia sido apurado entre 1940 e 1950, indicando que em termos percentuais a força de trabalho empregada na indústria declinou entre 1950 e 1960. Porém em 1970, o setor industrial quase dobra o seu volume, tendo um aumento 87,6% com relação à década anterior.

Conforme a tabela 8, a agricultura manteve o seu nível de emprego alto até 1960, tendo pela primeira vez em 1970 um valor abaixo de 50%. Em contrapartida, os demais setores tendem a uma elevação nos seus percentuais, com exceção de outras atividades que no período de 1950 e 1960 manteve o seu volume inferior ao apurado em 1940.

Tabela 8 - EMPREGO NOS PRINCIPAIS SETORES COMO PORCENTAGEM DO TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO EMPREGADA - 1940-70

SETOR (a)	1940	1950	1960	1970
Agricultura	65,9	59,9	54,0	45,8
Industria	10,3	13,7	12,9	18,6
Serviços	14,8	21,0	26,4	29,0
Comercio	5,1	5,6	6,5	7,9
Prestação de Serviços	4,4	9,8	12,1	12,7
Transporte, Comunicação	3,2	4,1	4,7	4,4
Administração Publica	2,1	1,5	3,1	4,0
Outras Atividades	9,0	5,4	6,7	6,6

(a) Os setores são definidos de acordo com o critério das contas nacionais.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário estatístico do Brasil 1979. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979

O aumento na taxa do emprego no setor de serviços foi duas vezes maior entre 1950 e 1960, em comparação ao que havia sido entre 1940 e 1950. Ou seja, o setor de serviços é o único, no período avaliado, que apresenta crescimento em todos os anos no percentual do emprego por setor.

Observa-se um grande deslocamento no mercado de trabalho dentro do período e este contempla implicações muito importantes. Na década de 1940, o emprego no setor de serviços estava aumentando na mesma taxa do crescimento

populacional, enquanto o setor industrial estava consumindo mão-de-obra numa proporção maior e, aparentemente absorvendo os emigrantes das zonas rurais.

Entretanto, na década de 1950, o setor industrial não absorveu mão de obra nem mesmo na mesma proporção do crescimento da força de trabalho empregada, resultando que o emprego teve que crescer mais rapidamente nos setores de menor produtividade, ou seja, agricultura e serviços. Castro (1969), neste ponto, afirma que:

“Nossa experiência reproduz, contudo, traços do ocorrido nos Estados Unidos, onde a combinação de uma alta taxa de expansão demográfica com o avanço da fronteira agrícola (não obstante as melhorias de produtividade e o êxodo rural a partir de certas áreas) resultou na amplificação da população empregada na agricultura em pelo processo de industrialização.” (Castro, 1969, 114.).

No entanto, é certo que um acelerado ritmo de crescimento demográfico nas cidades expressa maior disponibilidade de mão-de-obra, pressionando para baixo os salários dos trabalhadores empregados em todos os setores urbanos e industriais. Deste modo, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico na cidade e o aumento da eficácia no campo possibilitam enormes saltos de produtividade sem benefícios para o trabalhador. Vale notar que no Brasil, em pleno processo de expansão industrial, houve a ampliação da população empregada na agricultura, graças ao avanço das fronteiras agrícolas nacionais.

A crescente oferta de mão-de-obra proveniente das zonas rurais logo se nos centros urbanos provocasse desemprego. O crônico desequilíbrio de mercado refletiu nas elevadas lucratividades atingidas pelos empreendimentos manufatureiros, sustentados por salários extremamente reduzidos, mesmo com a elevada produtividade industrial.

Entretanto, no Brasil, além da elevação ocorrida no volume da mão-de-obra ocupada pela agricultura, o êxodo rural, combinando-se com o crescimento vegetativo da população urbana, mostrou-se mais que suficiente para atender a demanda de mão-de-obra das atividades urbanas. Aqui vemos a agricultura projetando suas características internas na indústria em formação, e o desempenho

do mercado de trabalho é um importante determinante do bem-estar da população rural.

Sob muitos aspectos, o mercado de trabalho serviu, razoavelmente bem, ao setor agrícola no Brasil. A mão-de-obra tem sido transferida para o setor não agrícola e como resultado a renda per capita do setor agrícola parece ter aumentado em relação ao setor não agrícola.

2.3. TRANSFERÊNCIA DE DIVISAS AGRÍCOLAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A industrialização brasileira surge, em seus primórdios, como um desdobramento setorial, em que as atividades secundárias despontam em um ambiente predominantemente agrícola, o que nos permite presumir que este setor foi responsável por realizar a transferência de recursos para a indústria nascente.

Estas contribuições da agricultura para a formação de capital nos demais setores podem efetivar-se através de vários mecanismos, tendo como sua principal receita a exportação de parte da sua produção. Castro (1969) diz, que as transferências diretas e espontâneas de capital – explicadas muitas vezes por heranças e outros mecanismos de transmissão intrafamiliar de recursos – devem ter-se verificado em todas as experiências de desenvolvimento. Dentre as formas indiretas destacam-se: a extração via tributos, e a subtração implícita de recursos, nos casos em que se verifique, juntamente com a expansão industrial, uma deterioração das relações de troca contra a agricultura.

De acordo com autores, os produtos agrícolas contribuíam com cerca de 80% das exportações brasileiras, e este volume se deu por um longo período de tempo. Tal afirmação pode ser confirmada pela tabela 9, onde o volume exportado de produtos agrícolas no Brasil cresce substancialmente entre 1953 e 1970. Neste contexto, pode-se citar o café como o produto exportador de maior importância, já que contribuiu em média com 35% do volume Total (T2). Em menor magnitude, mas de grande relevância o cacau, algodão, açúcar e Milho cumpre também esta função.

Tabela 9 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS, EM QUANTIDADE (TONELADAS)

Anos	Açúcar	Algodão	Cacau	Café	Milho	Total		% Café/T2
						T1 (a)	T2 (b)	
1953	202.417	139.515	108.690	933.732	-	1.384.354	1.731.937	54%
1954	160.133	309.486	120.970	655.051	11.652	1.257.292	1.705.912	38%
1955	418.293	175.706	121.923	821.747	80.094	1.617.763	2.119.451	39%
1956	14.536	142.931	125.835	1.008.288	-	1.291.590	1.894.621	53%
1957	346.770	66.180	109.677	859.152	-	1.381.779	1.924.655	45%
1958	639.995	40.197	104.018	772.950	-	1.557.160	2.259.198	34%
1959	483.190	77.584	79.577	1.046.148	-	1.686.499	2.338.565	45%
1960	699.984	95.398	125.456	1.009.141	9.927	1.939.906	2.539.739	40%
1961	782.722	205.676	104.170	1.018.233	4.448	2.115.249	3.050.303	33%
1962	439.606	215.915	55.340	982.565	6	1.693.432	2.477.441	40%
1963	461.379	221.804	68.684	1.170.784	700.155	2.622.806	3.335.547	35%
1964	252.073	217.028	74.710	896.774	62.315	1.502.900	2.225.730	40%
1965	709.849	195.690	91.966	808.931	559.675	2.366.111	3.504.968	23%
1966	1.004.549	255.745	112.498	1.009.920	627.063	3.009.775	4.111.258	25%
1967	1.001.311	206.931	114.351	1.004.220	430.443	2.757.256	3.702.035	27%
1968	1.026.244	274.141	75.815	1.107.480	1.237.966	3.721.646	4.588.433	24%
1969	1.099.008	490.701	119.574	1.121.400	658.543	3.489.226	4.629.169	24%
1970	1.125.223	401.796	119.768	962.640	1.470.620	4.080.047	5.257.080	18%

(a) Total da soma dos seguintes produtos exportados: açúcar, algodão, cacau, café e milho.

(b) Total da soma dos principais produtos agrícolas exportados: açúcar, algodão, amendoim em grão, arroz, banana, cacau, café, erva-mate, fumo, lã, laranja, milho, óleo de mamona, pimenta do reino, sisal e carne bovina.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; CACEX. Paiva, 1976, 50-51.

Em geral, o setor exportador tem o seu crescimento submetido às condições do mercado externo, e seu volume deve-se manter crescente para financiar as importações e amortizar a dívida externa. Ou seja, o setor é importante por elevar o ritmo de crescimento do produto nacional, em razão das interdependências das exportações com o resto da economia.

Dito isto, a transferência de recursos da agricultura para investimento nos setores não agrícolas de crescimento mais rápido pode efetivar-se através de vários mecanismos, porém não é fácil isola-los e muito menos quantificar as transferências ocorridas. O pré-requisito, entretanto, é a geração de um excedente de produção

agrícola, onde parte do qual pelo ao menos, seria investida direta e/ou indiretamente em infraestrutura, em setores não agrícolas e para obtenção de melhores técnicas agrícolas. Beskow (1994) diz, que enquanto antes de 1930, os mecanismos de política cambial transferiam renda do consumidor que importava para o setor cafeeiro, depois de 1930, foi o setor cafeeiro que passou a transferi-la para o governo.

A tese de que a agricultura de exportação teria, efetivamente, transferido grandes volumes de capitais para a indústria, estimuladas não apenas pela crise do setor, como pelos preços relativos altamente favoráveis a produção manufatureira, foi sustentada por vários autores, notadamente Celso Furtado. Barros (1969), no que se referem às transferências determinadas pelas oportunidades de mercado, haveria que observar no início o seguinte: somente a agricultura de exportação, bloqueada pela crise, tenderia a transferir recursos.

Os valores referentes à exportação brasileira no período que vai de 1953 a 1970 são apresentados na tabela 10 e a partir dos mesmos pode-se verificar uma redução dos valores totais entre 1953 e 1959, e a retomada ao crescimento no período posterior. Porém vale ressaltar que as participações dos valores percentuais do café em relação ao valor total das exportações variaram dentro período entre 55 e 80.

**Tabela 10 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRICOLAS,
VALOR (US\$ 1.000)**

Anos	Açúcar	Algodão	Cacau	Café	Milho	Total		% Café/T2
						T1 (a)	T2 (b)	
1953	17.059	101.756	75.223	1.088.270	-	1.282.308	1.354.727	80%
1954	12.229	223.116	135.606	948.077	594	1.319.622	1.395.613	68%
1955	33.428	131.365	90.907	843.937	4.566	1.104.203	1.181.925	71%
1956	1.264	85.944	67.207	1.029.782	-	1.184.197	1.281.909	80%
1957	36.222	44.206	69.693	845.513	-	995.634	1.094.498	77%
1958	47.541	34.768	89.591	687.515	-	859.415	955.285	72%
1959	33.361	35.541	59.447	733.040	-	861.389	950.841	77%
1960	52.527	45.586	69.181	712.714	408	880.416	953.395	75%
1961	65.570	109.682	45.923	710.386	180	931.741	1.057.339	67%
1962	39.111	112.166	24.227	642.671	0	818.175	920.971	70%
1963	62.725	114.241	35.030	748.284	29.504	989.784	1.099.055	68%
1964	32.950	108.259	34.816	759.703	2.928	938.656	1.075.298	71%
1965	54.029	95.651	27.689	706.587	27.215	911.171	1.081.071	65%
1966	80.534	121.159	50.731	763.983	31.804	1.048.211	1.220.041	63%
1967	80.426	95.512	59.161	704.725	22.053	961.877	1.101.144	64%
1968	101.577	135.654	46.098	774.474	57.009	1.114.812	1.265.798	61%
1969	115.045	202.269	105.490	812.955	33.337	1.269.096	1.476.662	55%
1970	126.512	154.435	77.679	939.266	80.594	1.378.486	1.619.593	58%

(a) Total da soma dos seguintes produtos exportados: açúcar, algodão, cacau, café e milho.

(b) Total da soma dos principais produtos agrícolas exportados: açúcar, algodão, amendoim em grão, arroz, banana, cacau, café, erva-mate, fumo, lã, laranja, milho, óleo de mamona, pimenta do reino, sisal e carne bovina.

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; CACEX. Paiva, 1976, 54-55.

O café desempenhou, como previsto, o papel de absorvedor de divisas como visto na tabela acima. Contudo, se o Brasil tivesse adotado uma política de comercialização mais agressiva nos últimos anos avaliados, a quantidade de divisas provavelmente poderia ter sido maior. Assim, é possível dizer que agricultura tenha depositado mais do que tomado de empréstimo e com isto transferido maiores recursos para a indústria.

Transferir poupança para expansão e para infraestrutura básica é uma das funções da agricultura no processo de desenvolvimento. Como salientou Souza (1999):

“Esta transferência pode ser espontânea ou compulsória, por meio de mecanismo de preços, do confisco cambial de exportações agrícolas e de tributação. De maneira espontânea, os agricultores e as elites agrárias podem aplicar parte dos seus lucros e rendas na economia urbana. Compulsoriamente, parcela do excedente pode ser extraída e transferida para investimentos em outros setores.” (Souza, 1999, 286).

Com base nos dados expostos acima, pode-se concluir que a agricultura foi responsável por gerar e disponibilizar um volume excedente de divisas no processo de desenvolvimento do Brasil.

2.4. CRIAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS MERCADOS

Para que se criasse o desenvolvimento através da industrialização no Brasil, a partir de 30, seria necessário que novos mercados fossem explorados e estes garantissem uma demanda maior para a alta disponibilidade da oferta de produtos industriais. De acordo com Castro (1969), a função mais relevante da agricultura, tendo importância mais generalizada, foi na criação de um mercado interno para as indústrias locais nas fases primitivas e mais difíceis de seu crescimento.

A indústria que antes era oculta no seio da agricultura, pulverizada nos lares camponeses, contava com um crescente mercado e iria se unir progressivamente aos centros urbano, ganhado assim impulso para sua evolução tecnológica. Inicialmente teve a indústria urbana suplantar a produção doméstica e, com isto teve que conquistar uma fração crescente do abundante mercado latente no mundo rural.

No Brasil pode-se dizer que, em princípio, as condições econômicas não são de molde a permitir que se mantenham relações de preços favoráveis a modernização. Refletindo estas e outras evidências históricas, as mais distintas concepções do processo de desenvolvimento econômico atribuíram, em regra, importância decisiva ao surgimento de um “mercado interno”, em decorrência de transformações operadas no seio da agricultura. Para Graziano da Silva (1996), o termo modernização da agricultura é utilizado para designar: a transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra, as modificações intensas da produção no campo e das relações capital x trabalho.

Uma hipótese a ser abstraída da exportação de manufaturas, é de que o desenvolvimento industrial para o mercado interno necessita de um avanço complementar no campo, um aumento de produtividade agrícola. E como já discutido neste trabalho, no processo de desenvolvimento industrial a agricultura se apresenta como responsável na geração de um excedente para suprir a necessidade do mercado em expansão. Em parte este excedente é gerado pela mecanização da agricultura além de uma evolução significativa nos meios de transportes.

O crescimento do setor não agrícola funciona, portanto, como elemento marcante no processo de modernização do setor agrícola. E enquanto ele não se desenvolvesse em escala suficiente teria que se manter em uma situação de dualismo tecnológico no setor agrícola, com uns agricultores aplicando somente tecnologia moderna, ao lado de outros que empregam apenas tecnologia tradicional e, ainda, de terceiros, em fase de transição, que aplicam tanto insumos modernos como tradicionais em suas explorações.

A partir do ano de 1950, o crescimento do consumo de fertilizantes pela agricultura brasileira foi bastante notável (tabela 11). Nos dois primeiros quadriênios (1951-54 e 1955-58) os crescimentos foram, em média por ano, de 15,7% e 19,7%, respectivamente. Após dois quadriênios de queda, o quadriênio que compreende 1967-70, iniciou-se um período de grande aumento de consumo, em que a taxa alcançava o altíssimo valor de 38,5% por ano.

De 1953 a 1963 o consumo de nitrogênio aumentou 221%, o de fosfato 133% e o de potássio 224%. Porém ele variou muito de um ano para outro. Em 1965, foram feitas tentativas para estimular o uso de fertilizantes através de um programa de crédito e um sistema de distribuição melhorado, Schuh (1971). Como resultado, o consumo, aparente dobrou, aproximadamente, do período de 1962/64 a 1968.

Tabela 11 - FERTIZANTES: CONSUMO APARENTE POR ELEMENTOS NOBRES E VARIAÇÕES ANUAIS, BRASIL - 1950-70

Anos	Nitrogenio	Fosfato	Potassio	Total	% Cresc. Anual
1950	14.187	50.836	23.523	88.546	-
1951	18.561	73.569	28.709	120.839	36,5%
1952	10.605	46.932	15.347	72.884	-39,7%
1953	20.579	64.816	31.226	116.621	60,0%
1954	17.762	77.389	28.348	123.499	5,9%
1955	22.951	88.575	49.523	161.049	30,4%
1956	30.238	93.559	41.632	165.429	2,7%
1957	28.558	118.689	60.189	207.436	25,4%
1958	41.390	143.349	65.082	249.821	20,4%
1959	44.785	124.005	57.425	226.215	-9,4%
1960	64.735	127.693	106.306	298.734	32,1%
1961	56.810	118.363	73.004	248.177	-16,9%
1962	50.909	117.519	68.447	236.875	-4,6%
1963	65.212	156.818	92.015	314.045	32,6%
1964	50.808	135.052	69.564	255.424	-18,7%
1965	70.569	120.097	99.732	290.398	13,7%
1966	71.134	116.648	93.337	281.119	-3,2%
1967	106.382	204.606	136.937	447.925	59,3%
1968	145.501	272.791	184.295	602.587	34,5%
1969	165.332	265.761	195.657	626.750	4,0%
1970	275.936	395.938	306.693	978.567	56,1%

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir dos dados IBGE

De acordo com dados estimados, a produção de nitrogênio passou de 751 t. em 1950 para 20.361 em 1970, e o de fosfato passou de 5.999t. para 169.398 (no mesmo período). Com relação ao potássio, não houve produção no país antes de 1986.

Apesar deste notável aumento, o consumo de fertilizantes químicos no país continuou limitado a algumas regiões e a determinadas culturas, Paiva (1976). O Brasil tinha uma agricultura que era um misto de velha e nova. Os produtores de algumas

aéreas, principalmente no centro-Sul, são administradores progressistas que usam praticas modernas de cultivo, fertilizantes e outros métodos agrícolas avançados.

Em 1950 e 1960 verificou-se um grande crescimento no numero de tratores e um aumento (mesmo que modesto) no numero de arados, tal informação pode ser verificada na tabela 12. O numero de tratores passou de 8.372 unidades em 1950 para 61.345 em 1960 e 156.592 em 1970, esses números se concentravam principalmente nos quatro Estados do Sul (Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paraná).

A julgar pelos dados abaixo, houve algum progresso no Brasil com referencia ao uso de arados, que passou em números absolutos de cerca de 714.170 unidades para mais de um milhão.

Tabela 12 - NÚMERO DE PROPRIEDADES, TRATORES E ARADOS, EM REGIOES BRASILEIRAS - 1950 -70

Estado ou Área	Total de estabelecimentos (1.000)		Nº Tratores			Nº de arados	
	1950	1960	1950	1960	1970	1950	1960
Rio G. do Sul	286,7	382,1	2.245	16.675	38.317	312.001	440.467
São Paulo	221,6	318,8	3.819	28.101	65.731	224.947	286.580
Santa Catarina	104,4	159,0	41	1.049	5.026	41.029	81.259
Paraná	89,5	271,2	280	4.996	7.190	30.405	82.324
Subtotal	702,2	1.131,1	6.385	50.821	116.264	608.382	890.630
Demais Estados	1.362,4	2.218,4	1.987	12.672	105.877	105.788	141.300
Brasil	2.064,6	3.349,5	8.372	63.493	222.141	714.170	1.031.930

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do Censo Agrícola de 1950,1960 e Resultados Preliminares do Censo de 1970. IBGE.

Deve-se salientar que a produção de tratores no país tem crescimento sensivelmente, passando de uma media de cerca de 14mil tratores anuais para quase 17 mil em 1970, Schuh (1971). Proporcionando uma perspectiva de crescimento para os períodos subsequentes.

Com o surgimento e a consolidação dos complexos agroindustriais, ocorre uma reorganização na produção agropecuária brasileira e um processo acelerado de

integração de capitais. Esse processo, conforme Delgado (1985), deu-se a partir da centralização do capital industrial, dos grandes e médios proprietários rurais e, sobretudo, do Estado.

“[...] são dois momentos históricos distintos no processo de modernização da agricultura. O primeiro refere-se ao aumento dos índices da tratorização e do consumo de fertilizantes de origem industrial. A utilização de forma ampla de bens, baseada na importação de bens de capital, modificou o padrão tecnológico da agricultura brasileira. Depois, a demanda de insumos e máquinas era satisfeita via importação. O segundo fenômeno refere-se à industrialização da produção agrícola com o surgimento, no final da década de 50, das indústrias de bens de produção e insumos.” (Delgado, 1985, 35).

Os precedentes expostos permite-nos concluir que a melhoria dos padrões de produtividade da agricultura acarreta encomendas indústrias maiores e, sobretudo, de maior impacto dinamizador, na medida em que se consolide a estrutura altamente concentrada de propriedade da terra.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi retomar e destacar o papel da agricultura no desenvolvimento econômico do País, medido pelas principais funções da agricultura. Foram utilizados alguns dados numéricos para realçar tal análise e confirmar a eficiência da agricultura para o Brasil. A análise foi feita dentro do período que compreende 1930 a 1970, já que é a partir de 1930 que é tratado por alguns autores a mudança estrutural da economia brasileira. Ao longo desse período, os objetivos da política econômica foram voltados para combate à inflação, promoção do crescimento econômico e melhora das contas externas, através do aumento das exportações e substituição as importações, além de introduzir a industrialização no país.

Antes de entrar na análise dessas funções, e no intuito de mostrar como foi possível a realização das mesmas, introduzi a atuação do Estado para a agricultura no que tange sua modernização e transformação. Como consequência desta atuação, observou-se a partir de 1930 o aumento do crédito disponível para agricultura, mudança da cultura de importação para o consumo do mercado interno,

alterações trabalhistas e uma orientação à mecanização e redistribuição no cultivo agrícola.

A agricultura desempenhou um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico, dinamizando a indústria, o comércio e os serviços, e através de importantes efeitos de encadeamento no resto da economia. O crescimento urbano-industrial também induz o desenvolvimento agrícola, ao demandar mão-de-obra, matérias primas e alimentos do setor agrícola. Nesse sentido, foi abordado no trabalho quatro pontos de alavanca da agricultura no desenvolvimento brasileiro.

Destaquei então no trabalho a geração do excedente na produção, a liberação de mão-de-obra, a transferência de divisas e a criação de novos mercados na agricultura brasileira dentro do período de 1930 e 1970. O primeiro ponto foi verificado a eficácia da agricultura no que tange o aumento do volume de alimentos disponibilizados no país. O volume total da produção agrícola praticamente dobro de 30 a 70, e este aumento foi possível pela redistribuição e/ou liberação das áreas agrícolas, modernização do processo de produção.

Agricultura cumpre então seu papel no suprimento de alimentos, através do aumento da produção, para atender uma população que estava em crescimento, para o abastecimento de um setor industrial que estava em desenvolvimento, e sendo responsável pela disponibilidade de uma produção excedente para exportação.

O setor agrícola foi responsável, também, pela liberação de mão-de-obra disponível para atendimento do mercado recém-criado no país. A agricultura não seria capaz de absolver toda mão-de-obra disponível, afinal o volume populacional continuava em crescimento. Foi realizado no período, 1930 e 1970, um grande movimento da população rural para urbano, tendo em 1970 a menor proporção da população rural (44%) em relação a população urbana (66%).

Porém a agricultura, no período, foi responsável por manter um grande volume de emprego no setor. Entretanto, o setor industrial e de serviços, foram responsáveis por disponibilizar parte do emprego disponível, tendo o segundo um aumento significativo desde 1940.

A responsabilidade da agricultura, a respeito da criação de divisas, foi realizada através do aumento da produção e diversificação dos produtos agrícolas no Brasil, possibilitando, a partir deste momento, grandes volumes nas exportações. Em consequência a este fato, há uma aumento das divisas disponível para impulsionar a industrialização na econômica e modernização da agricultura.

Constatou-se, também, que ao produzir o excedente produtivo na agricultura, criaram-se novos mercados internos em substituição as importações realizadas. Dito isto, a agricultura constituiu mercado ao adquirir insumos industriais (adubos, fertilizantes, etc.), assim como bens de capital (tratores, arados) e bens de consumo final. Por ocasião das colheitas, as lojas das cidades do interior aumentam o seu faturamento, ao vender eletrodomésticos e veículo para agricultores. Da mesma forma, durante o ano inteiro, ao pagar salários aos trabalhadores rurais, a agricultura esta contribuindo para expandir o mercado para bens manufaturados em geral, seja no consumo imediato, seja aqueles de consumo durável.

Após avaliar as funções da agricultura brasileira apresentadas no trabalho, e ao considerar o meu entendimento, afirmo que as discussões realizadas sobre o setor agrícola como sendo retardatário e ineficiente no período de 1930 e 1970 não se aplicam. Considero que a agricultura em momento algum tende a ser algo secundário na economia do país, e sim algo necessário para o desenvolvimento no Brasil.

Entendo que o equívoco estaria em considerar que a agricultura brasileira não seria capaz de prover os alimentos e as matérias-primas em níveis suficientes para uma economia em expansão. Furtado realçava a transferência de recursos da região mais atrasada, o Nordeste predominantemente agrícola, para o Centro-Sul, mas não

teria percebido que este processo era “uma múltipla transferência de recursos da agricultura para a indústria” (Castro, 1969).

Castro (1969) argumenta que era forçoso reconhecer que a agricultura não representou um obstáculo ao processo histórico de industrialização da economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1970, porém não se poderia então criticar seu desempenho econômico. A agricultura como exposto nos tópicos apresentados, se faz parte fundamental na geração de um excedente de produção superior que desencadeasse o desenvolvimento, verifica-se na agricultura como a principal ferramenta de abastecimento do consumo interno.

Enfim, o desenvolvimento brasileiro via industrialização, sem a agricultura, teria sido mais lento e custoso. Dito isto, a agricultura brasileira teria cumprido o seu papel no desenvolvimento nacional, e isto se deu por meio do processo de modernização agrícola.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, E; CONTIN, E. A modernização da agricultura brasileira. In: Brandão, A.S.P. (Ed.). **Os principais problemas da agricultura brasileira: análises e sugestões**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1988. p. 49-97.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRARIA, ABRA – **Boletim**, Ano I nº 12, dezembro de 1971, p.3.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro. FGV, 1977 e 1983.

BANCO DO BRASIL. **Relatório do Banco do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 1947, p.77.

BARROS, J. R. M. **Política e desenvolvimento agrícola no Brasil**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1977, p.36.

BESKOW, P. R. **O Crédito Rural Público Numa Economia Em Transformação: Estudo Histórico e Avaliação Econômica das Atividades de Financiamento Agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965**, Unicamp, 1994.

CASTRO, A. B. **7 Ensaio sobre a Economia Brasileira**. Rio de Janeiro. Forense, 1969, p. 77-137.

CASTRO, A. C. **Ciência e tecnologia para agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, 1983

COELHO, C.N. 70 anos de política agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v.10, n. 3, p. 1-59, 2001.

DELGADO, G. DA C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone: Campinas, UNICAMP. 1985.

FURTADO, C. **Perspectiva da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro. ISEB, 1958.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HERMAN, J. **Reformas, Endividamento Externo e o Milagre Econômico (1964-1973)**. Em GIAMBIAGI, F.; HERMANN; J. et ali. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2ª Edição. São Paulo, Elsevier, 2011.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil: Series econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988**. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1990. Vol.3. Séries Estatísticas Retrospectivas.

_____ **Anuário estatístico do Brasil 1975**. Rio de Janeiro: IBGE, v 36, 1975.

_____ **Anuário estatístico do Brasil 1979**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 40, 1979.

JORGENSON, D. W. **The development of a dual economy**. *Economic Journal*, v. 7, n. 282, p. 309-334, 1961

LESLIE, B. (organizador). **A América Latina Após 1930: volume VI**. São Paulo. 2009, p.300-466.

LUCENA, R. B. DE; SOUZA, N. de J. **As funções da agricultura no desenvolvimento econômico**. *Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul*, n. 9/10, p.127-148, jan/dez. 1999.

MARTINE, G. & BESKOW, P. R. **O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola**. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetes/Hucitec, 1987. p. 19-39.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio, contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira.** Campinas, IFCH/Unicamp, 1975.

NICHOLLS, W. H.; PAIVA, R. M. **Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963/ 73: Noventa e nove fazendas revisitadas.** Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1979, p.158-167.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, J. C.; MONTEZANO, R. M. S. **Os Limites das fontes de financiamento da agricultura no Brasil.** Estudos Econômicos, São Paulo, v.12, n.2, 1982, p. 139-159.

PAIVA, R. M. et alii. **O Setor Agrícola do Brasil: Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades.** Editora Universitária, São Paulo, 1976.

SANTOS, Z. A. P. de. **Adoção tecnológica na agricultura paulista.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1984, p.119

SCHUH, G. E. **O desenvolvimento da Agricultura no Brasil.** Rio de janeiro, APEC Editora AS, 1971.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo, USP, Editora Nacional, 1968.

SORJ. B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.** Rio de janeiro, ZAHAR Editores, 1980.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico.** 4 ed. São Paulo, Atlas, 1999.

SZMERECSÁNYI, T. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo. Pinsky, 1990, p.71-81.

VILELLA, A. **Dos “Anos Dourados” de JK a Crise não Resolvida (1956-63)**. Em GIAMBIAGI, F.; HERMANN; J. et ali. *Economia Brasileira Contemporânea*. 2ª Edição. São Paulo, Elsevier, 2011.